

190

SANTA CATARINA

Índios tomam dirigentes do Incra e da Funai como reféns

Caingangues querem retirada de colonos de área em Santa Catarina

O executor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Euclides Basso, e o administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ademir Migliavaca, são mantidos desde as 9h30min de ontem como reféns pelos índios caingangues da localidade de Toldo do Pinhal, distrito de Nova Teutônia, em Seara (SC).

Em 1994, o governo federal reconheceu por decreto a área de Toldo do Pinhal, com 894 hectares, como pertencente aos índios. O local é ocupado por 41 famílias de agricultores proprietários e 15 arrendatários. O Incra aceita reassentar os colonos, mas as áreas oferecidas até o momento foram rejeitadas pelas famílias. Índios e agricultores têm trocado ameaças e provocações.

Os indígenas exigem a presença no local do presidente do Incra ou da Funai e a retirada

imediate de colonos alojados em terras dos índios. Os índios acusam os policiais militares da região de passar informações e munição para os agricultores. "Não vamos machucar ninguém, a não ser que machuquem os índios", disse o líder dos nativos, cacique João Gonçalves Myn.

❖

O governo reconheceu os direitos dos índios sobre a área de Toldo do Pinhal num decreto de 1994

No início da tarde de ontem, índios do Rio Grande do Sul chegaram em dois ônibus ao Toldo para apoiar a iniciativa dos caingangues. Um dos ônibus foi barrado pelos policiais

militares em uma das entradas para o acampamento de Toldo do Pinhal. Seus ocupantes caminharam 10 quilômetros até o acampamento, com mantimentos e cobertores.

"Eu entendo a pressão deles, mas espero sair logo daqui", disse Basso. "Queremos dizer para a nossa família que estamos bem", resumiu Migliavaca. Os índios ameaçaram pôr fogo nas casas dos colonos para forçá-los a abandonar a área. No final da tarde de ontem, os caingangues lançaram uma nota na qual exigem uma solução do Ministério da Justiça para o impasse. Eles dão um prazo de uma semana para que os colonos recebam indenizações e outros sete dias para que sejam retirados de Toldo do Pinhal e reassentados em outras terras. A verba para as indenizações das famílias está prevista no orçamento do Incra e no Orçamento Geral da União.